

União financia déficit

29 MAI 1984

Dívida Pública

por Célia de Gouvêa Franco
de Brasília

A emissão de títulos da dívida pública continua sendo a principal forma encontrada pelo governo federal para atender a suas necessidades de financiamentos. Apenas nos quatro primeiros meses deste ano, a dívida pública líquida — ou seja, que se encontra fora das mãos das autoridades monetárias e é a parcela que compõe o déficit público — cresceu Cr\$ 4,22 trilhões, correspondendo a 95% do fluxo acumulado em todo o ano passado, de Cr\$ 4,40 trilhões.

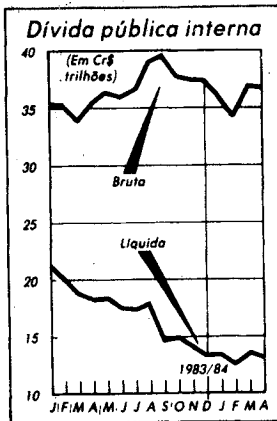
No final de abril, a dívida

líquida era, dessa forma, de Cr\$ 13,36 trilhões. Em termos brutos (todos os papéis que foram emitidos), essa dívida atingia Cr\$ 36,91 trilhões.

Também para os estados e municípios, a emissão de títulos públicos tem sido uma fonte relevante de recursos, embora não na mesma proporção que para o governo central. No primeiro trimestre, os estados e municípios obtiveram Cr\$ 916 bilhões através dos lançamentos desses papéis. Já para as empresas estatais, que obviamente não podem lançar mão dessa opção de financiamento, uma alternativa importante foi simplesmente deixar que o governo federal se responsabilizasse por parte de suas dívidas externas, através do mecanismo conhecido como MF-30 (o antigo GB-588), cujo fluxo, no primeiro trimestre, atingiu Cr\$ 482,1 bilhões.

Todas essas alternativas, buscadas pelo setor público com mais intensidade diante do rigoroso controle sobre a concessão de crédito bancário (através da Resolução nº 831), não impediram, porém, que fossem cumpridas as metas de déficit público acertadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A discriminação dessas contas e a confirmação dos dados sobre déficit público foram divulgadas ontem através do documento "Brazil — Economic Program, Internal and External Adjustment", em sua terceira versão.

Uma espécie de prestação de contas enviada a centenas de bancos privados estrangeiros, esse relatório foi formulado pelo Departamento Econômico do Banco Central (BC) e por quatro economistas de bancos internacionais que estiveram no Brasil há cerca de dez dias. Em sua apre-



Fonte: Banco Central e Centro de Informações do Gazeta Mercantil
(*) Em Cruzeiros de abril/84. O deflator utilizado foi o IGP-DI

sentação, o presidente do BC, Affonso Celso Pastore, confirma a pretensão brasileira de cumprir o programa de ajustamento e informa que os grandes desvios verificados em abril na execução da política monetária já foram corrigidos com a adoção de uma série de medidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e com a reativação do open market. Apesar

dessa confiança, o documento não inclui um quadro que aparecia nas versões anteriores, com as metas e os resultados mensais para a política monetária.

O próprio acerto do open market, anunciado por Pastore, cria outro problema para o governo: neste mês, o BC conseguiu colocar mais de Cr\$ 1 trilhão em títulos públicos, ajudando a conter a oferta de moeda, mas engordando diretamente as contas do déficit público.

O documento "Brazil — Economic Program" informa que as reservas internacionais líquidas do Brasil eram negativas em US\$ 574 milhões em março. Em dezembro, esse déficit era de US\$ 3,29 bilhões. No entanto, o caixa do Banco Central (um dos componentes das reservas e que mede as disponibilidades imediatas) já é positivo, com US\$ 2,44 bilhões ao final de abril.

(Ver página 12)